

No. 35478

**Brazil
and
Inter-American Institute for Global Change Research**

Agreement between the Inter-American Institute for Global Change Research and the Government of the Federative Republic of Brazil concerning the Headquarters of the IAI (with annex). Rio de Janeiro, 28 April 1995

Entry into force: 19 January 1999 by notification, in accordance with article XVIII

Authentic texts: Portuguese, Spanish, English and French

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 5 February 1999

**Brésil
et
Institut interaméricain de recherche sur les changements à
l'échelle du globe**

Accord entre l'Institut interaméricain de recherche sur les changements à l'échelle du globe (IIA) et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil au sujet du Siège de cette Organisation (avec annexe). Rio de Janeiro, 28 avril 1995

Entrée en vigueur : 19 janvier 1999 par notification, conformément à l'article XVIII

Textes authentiques : portugais, espagnol, anglais et français

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 5 février 1999

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
INSTITUTO INTERAMERICANO PARA PESQUISA EM MUDANÇAS
GLOBAIS ACERCA DA SEDE DO IAI

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais,

Considerando que representantes dos Estados das Américas se reuniram em Montevideú e assinaram, em 13 de maio de 1992, um Acordo Estabelecendo o Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais como uma rede regional de cooperação entre entidades de pesquisa;

Considerando que, em 23 de junho de 1993, o Governo da República Federativa do Brasil depositou, junto ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, seu instrumento de ratificação do referido Acordo;

Considerando que a I Reunião da Conferência das Partes do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais, realizada na Cidade do México, de 12 a 14 de setembro de 1994, elegeu a República Federativa do Brasil como país-sede do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais;

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais concordaram em localizar a sede do Instituto na República Federativa do Brasil, e desejam concluir um Acordo para regular as questões relativas ao estabelecimento e funcionamento do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais na República Federativa do Brasil;

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I
Definições

Para os fins deste Acordo, aplicam-se as seguintes definições:

- a) o termo "Governo" significa o Governo da República Federativa do Brasil;
- b) a expressão "país-sede" significa a República Federativa do Brasil;
- c) a expressão "autoridades brasileiras" significa autoridades governamentais federais, estaduais, municipais e outras autoridades governamentais competentes do país-sede;
- d) o termo "IAI" significa o Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais;
- e) o termo "INPE" significa o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
- f) a expressão "Acordo do IAI" significa o Acordo Estabelecendo o IAI, concluído em Montevidéu, em 13 de maio de 1992;
- g) o termo "Diretor" significa o Diretor e representante legal do IAI mencionado no Artigo VIII do Acordo do IAI;
- h) o termo "Diretoria" significa o órgão administrativo básico do IAI, referido no Artigo VIII do Acordo do IAI;
- i) a expressão "instalações do IAI" significa as instalações descritas no Anexo A ao presente Acordo, bem como qualquer terreno, edificação, partes de edificações, locais e instalações fornecidas ao IAI, ou por ele mantidas, ocupadas ou usadas no país-sede;
- j) o termo "sede" significa as instalações do IAI na República Federativa do Brasil onde se localiza a Diretoria;
- k) a expressão "pessoal do IAI" significa todos os empregados e consultores do IAI.

ARTIGO II
Personalidade Jurídica

Nos termos do Acordo do IAI, o Governo reconhece que o IAI possui personalidade jurídica e a capacidade de adquirir direitos e contrair qualquer obrigação, incluindo celebrar contratos e acordos com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, bem como adquirir e dispor de bens tangíveis e intangíveis, móveis e imóveis e, sem prejuízo dos dispositivos deste Acordo, promover e contestar ações judiciais, de maneira compatível com todas as demais organizações internacionais.

ARTIGO III
Instalações

1. O país-sede fornecerá ao IAI as instalações e serviços descritos no Anexo A do presente Acordo.
2. Os bens mencionados no parágrafo 1 permanecerão como propriedade do Governo.

ARTIGO IV
Mecanismos Administrativos e Financeiros

O Diretor e o INPE poderão concluir entendimentos com relação às estruturas administrativas e de apoio existentes no INPE que possam ser postas à disposição da Diretoria.

ARTIGO V
Instalações, Fundos e Outros Bens do IAI

1. As instalações, arquivos, documentos e correspondência oficial do IAI serão invioláveis e, juntamente com o mobiliário das instalações, meios de transporte, fundos, ativos e outros bens do IAI, onde quer que se localizem no país-sede e sob a guarda de quem quer que seja, serão imunes a busca, requisição, embargo, confisco, expropriação ou execução, seja por autoridades nacionais, regionais ou locais, e seja por ações executivas, administrativas, judiciais ou legislativas.
2. Os atos judiciais e as citações ou execuções de processos não podem ser realizados nas instalações do IAI, exceto com o consentimento do Diretor e segundo condições aprovadas por ele ou seu representante.

3. As autoridades brasileiras não entrarão nas instalações do IAI para o desempenho de qualquer função oficial, exceto com o consentimento expresso ou a pedido do Diretor ou seu representante. Tal consentimento será considerado dado em caso de emergências, na hipótese de o consentimento não poder ser obtido antecipadamente.

4. O IAI poderá, como as demais organizações internacionais localizadas no Brasil:

a) no país-sede, possuir e usar fundos, ouro ou instrumentos negociáveis de qualquer tipo e manter e operar contas em qualquer moeda e converter qualquer moeda que possua em outra; e

b) transferir seus fundos, ouro ou moeda de um país para outro, ou dentro do país-sede, para qualquer indivíduo ou entidade.

5. O IAI, seus ativos, renda ou outros bens estarão isentos de todos os impostos diretos no país-sede, sejam nacionais, regionais ou locais, que incluirão, entre outros, imposto sobre renda, imposto sobre capital, imposto sobre entidades, bem como impostos diretos estabelecidos por qualquer autoridade brasileira, e estará isento de direitos aduaneiros e proibições e restrições de importar ou exportar com relação a artigos importados ou exportados pelo IAI para seu uso oficial. Entretanto, artigos importados com tais isenções não poderão ser vendidos no país-sede, exceto sob condições acordadas com o Governo.

6. As disposições do parágrafo 5 acima não se aplicam a taxas e encargos cobrados por serviços públicos pagáveis pelo IAI.

ARTIGO VI

Legislação e Autoridade nas Instalações do IAI

1. As instalações do IAI estarão sob o controle e a autoridade do IAI, nos termos deste Acordo.

2. As leis e regulamentos do país-sede se aplicarão às instalações do IAI, de forma compatível com este Acordo. O IAI terá a faculdade de estabelecer regulamentos que operem nas instalações do IAI, para fins de nelas garantir as condições necessárias para o pleno desempenho de suas funções. O IAI informará prontamente as autoridades brasileiras dos regulamentos estabelecidos nos termos deste parágrafo.

ARTIGO VII

Proteção das Instalações do IAI

1. O Governo assegurará que o IAI não será desapoderado de suas instalações, exceto na hipótese de o IAI deixar de usá-las.
2. As autoridades brasileiras adotarão as medidas adequadas para garantir que a segurança e a tranqüilidade das instalações do IAI não sejam perturbadas e providenciará, se apropriado, a proteção policial que possa ser necessária para esses propósitos.

ARTIGO VIII

Facilidades de Comunicações

Para comunicações oficiais, a Diretoria na República Federativa do Brasil gozará de:

- a) liberdade de comunicação e vantagens não menos favoráveis que as atribuídas pelo Governo a qualquer organização internacional em termos de prioridade, tarifas, sobretaxas e impostos aplicados às comunicações;
- b) direito de usar códigos ou cifras e de enviar e receber sua correspondência por meio de malas seladas, beneficiando-se das mesmas prerrogativas e imunidades concedidas a malas de organizações internacionais.

ARTIGO IX

Privilégios e Imunidades

1. O Diretor e os membros de sua família que com ele vivam, desde que não tenham nacionalidade brasileira nem residam permanentemente na República Federativa do Brasil, gozarão os privilégios e imunidades, isenções e facilidades atribuídos a representantes de organizações internacionais, de acordo com o direito internacional. Gozarão, entre outros direitos, de:

- a) inviolabilidade pessoal, incluindo imunidade de prisão ou detenção;
- b) imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa;

- c) inviolabilidade de todos os papéis, documentos e correspondência;
 - d) isenção de impostos sobre salários e emolumentos pagos ao Diretor por seus serviços ao IAI;
 - e) isenção de restrições de imigração, registro de estrangeiros e obrigações de serviço nacional;
 - f) as mesmas facilidades com respeito a restrições de moeda ou câmbio que são concedidas a representantes de organizações internacionais;
 - g) as mesmas imunidades e facilidades relativamente a suas bagagens pessoais que são concedidas aos agentes diplomáticos;
 - h) o direito de importar, livre de taxas e impostos, exceto o pagamento por serviços, sua mobília e bens de uso pessoal por ocasião de sua primeira entrada em funções no país-sede; e
 - i) o direito de importar um carro ou comprar um carro nacional para seu uso pessoal, com as mesmas isenções e nas mesmas condições que são normalmente concedidas aos representantes de organizações internacionais em missões oficiais de longa duração na República Federativa do Brasil.
2. A residência do Diretor gozará da mesma inviolabilidade e proteção que as instalações do IAI.
3. Os outros membros do pessoal do IAI, de qualquer nacionalidade, gozarão de imunidade de processo legal em relação a palavras faladas ou escritas e todos os atos desempenhados em sua capacidade oficial. Tal imunidade continuará a ser concedida após o término do contrato de emprego com o IAI.
4. Os outros membros do pessoal do IAI, desde que não tenham nacionalidade brasileira nem residam permanentemente na República Federativa do Brasil, gozarão de:
- a) o direito de importar, livre de direitos e impostos, exceto o pagamento por serviços, sua mobília e bens de uso pessoal por ocasião de sua primeira entrada em funções no país-sede; e

b) outros privilégios e imunidades atribuídos ao pessoal de nível comparável de organizações internacionais estabelecidas no país-sede.

5. O Diretor e o pessoal do IAI, desde que não tenham nacionalidade brasileira nem residam permanentemente na República Federativa do Brasil, terão o direito de exportar, sem direitos ou impostos, ao término de suas funções no país-sede, sua mobília e bens de uso pessoal, inclusive veículos automotores.

6. A concessão de privilégios e imunidades ao Diretor e ao pessoal do IAI ocorre no interesse do IAI e não para seu benefício pessoal. O direito de renunciar à imunidade para o Diretor e sua família cabe ao Conselho Executivo estabelecido pelo Acordo do IAI e ao Diretor em todos os demais casos.

ARTIGO X

Cooperação com as Autoridades Brasileiras

1. Sem prejuízo de seus privilégios e imunidades, é dever de todas as pessoas que gozem de tais privilégios e imunidades respeitar as leis do país-sede. Essas pessoas também têm o dever de não interferir nos assuntos internos do país-sede.

2. O IAI cooperará em todas as ocasiões com as autoridades brasileiras para facilitar a administração adequada da justiça, e adotará medidas para evitar que o pessoal do IAI abuse dos privilégios, imunidades e facilidades concedidas nos termos deste Acordo.

3. O IAI respeitará todos os regulamentos de segurança acordados com o país-sede ou determinados pelas autoridades brasileiras responsáveis pelas condições de segurança dentro do país-sede, bem como todas as determinações das autoridades brasileiras responsáveis pelos regulamentos de prevenção de incêndios.

4. O IAI respeitará os dispositivos de seguridade social que o país-sede impõe aos empregadores, com relação a seus empregados que sejam nacionais ou residentes permanentes do país-sede, bem como os de nacionalidade estrangeira não cobertos por dispositivos de seguridade social de outro país.

ARTIGO XI

Notificação

1. O Diretor notificará ao Governo os nomes e as categorias dos membros do pessoal do IAI referidos neste Acordo e de qualquer alteração em sua situação.
2. O Diretor, em caso de ausência, notificará ao país-sede o nome do membro do pessoal do IAI que permanecerá como responsável oficial durante o período da ausência.

ARTIGO XII

Entrada, Saída e Circulação no País-Sede

O Diretor e o pessoal do IAI, e os membros de suas famílias que com eles vivam, bem como os membros do Conselho Executivo e do Comitê Científico Assessor referidos no Acordo do IAI, e todos os demais indivíduos não-brasileiros que prestem serviços ao IAI, terão o direito de livre entrada, saída e circulação no país-sede, conforme apropriado e para os fins do IAI. Vistos, licenças e permissões de entrada, quando requeridos, serão concedidos sem custos tão prontamente quanto possível.

ARTIGO XIII

Disposições Gerais

1. Os membros do pessoal da Diretoria têm a qualidade de funcionários internacionais servindo uma organização internacional.
2. De acordo com as normas e regulamentos existentes, o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil fornecerá documentos oficiais de identificação para o Diretor e os membros do pessoal da Diretoria indicando sua qualidade de funcionários internacionais servindo uma organização internacional.

ARTIGO XIV

Segurança e Proteção das Pessoas
Referidas Neste Acordo

As autoridades brasileiras competentes adotarão as medidas que sejam necessárias para garantir segurança e proteção às pessoas referidas neste Acordo, indispensáveis para o funcionamento adequado do IAI.

ARTIGO XV

Outras Facilidades

1. O país-sede concederá plenas facilidades para o desempenho das funções do IAI segundo os termos deste Acordo.
2. O país-sede, quando necessário e possível, procurará auxiliar o IAI a obter acomodações adequadas para o Diretor.

ARTIGO XVI

Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia sobre a aplicação ou interpretação dos dispositivos deste Acordo será submetida a um processo de solução acordado pelo Governo e o IAI, de acordo com o direito internacional.

ARTIGO XVII

Emendas

Este Acordo poderá ser emendado por acordo mútuo entre o Governo e o IAI.

ARTIGO XVIII

Entrada em Vigor

Este Acordo, ou qualquer emenda a seu texto, entrará em vigor no dia seguinte àquele em que cada Parte comunicar à outra, por escrito, que completou seus requisitos internos para a entrada em vigor.

ARTIGO XIX

Denúncia

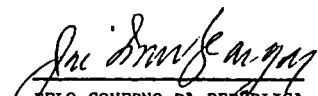
Este Acordo pode ser denunciado a qualquer tempo, por meio de notificação por escrito, terminando seus efeitos 6 (seis) meses após a data de recebimento de tal notificação.

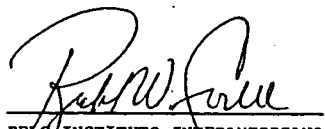
ARTIGO XX

Disposições Finais

Este Acordo expirará caso a sede do IAI seja transferida do território do país-sede ou o IAI seja dissolvido, exceto os dispositivos que possam ser aplicáveis em relação ao bom término das operações do IAI no país-sede e a destinação de sua propriedade, bem como aqueles relativos à concessão de imunidade de processo legal de qualquer tipo em relação a palavras faladas ou escritas e atos desempenhados em capacidade oficial, mesmo após o término do contrato de emprego com o IAI.

Feito no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1995, em dois exemplares originais, nos idiomas português, espanhol, inglês e francês, sendo todos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
José Israel Vargas
Ministro de Estado da
Ciência e Tecnologia


PELO INSTITUTO INTERAMERICANO
PARA PESQUISA EM MUDANÇAS
GLOBAIS
Robert Corell
Diretor do IAI

A N E X O A

1. O Governo porá à disposição do IAI, sem custo, aproximadamente 280 metros quadrados de espaço em edificação localizada no campus do INPE, segundo a planta abaixo (denominada "instalações do IAI"). O Governo equipará as instalações do IAI com mobiliário e equipamentos adequados, inclusive seis microcomputadores, duas impressoras a laser, uma máquina de escrever e uma copiadora.
2. O IAI compartilhará com o INPE, sem custos, o uso de um auditório para 50 pessoas e uma sala de seminários para 60 pessoas conforme a figura abaixo.
3. O Governo porá à disposição do IAI instalações de comunicações, consistindo de quatro linhas telefônicas, sete extensões e uma linha telefônica para fac-símile, bem como conexões entre os microcomputadores do IAI e a rede local de computadores do INPE, que permite acesso à INTERNET e ao GRID.
4. O Governo assegurará a disponibilidade de todos os serviços públicos necessários para o IAI, inclusive, mas não apenas, eletricidade, água, gás, esgoto, coleta de lixo e proteção contra incêndios.
5. O Governo porá à disposição da Diretoria três secretárias trilingües (português/espanhol/inglês ou francês) e um auxiliar de escritório, à custa do Governo. Esses funcionários serão alocados à Diretoria a pedido do Diretor do IAI.

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO ENTRE EL INSTITUTO INTERAMERICANO PARA LA INVESTIGACION
DEL CAMBIO GLOBAL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA
DE BRASIL RELATIVO A LA SEDE DEL IAI

El Instituto Interamericano para la Investigación del Cambio Global

y

El Gobierno de La República Federativa de Brasil,

Considerando que representantes de los Estados de América se reunieron en Montevideo del 12 al 14 de mayo de 1992 y firmaron un Acuerdo para el Establecimiento del Instituto Interamericano para la Investigación del Cambio Global como una red regional de entidades de investigación cooperantes;

Considerando que el 23 de junio de 1993 el Gobierno de la República Federativa de Brasil depositó ante el Secretario General de la Organización de Estados Americanos su instrumento de ratificación del antedicho Acuerdo;

Considerando que la Primera Reunión de la Conferencia de Miembros del Instituto Interamericano para la Investigación del Cambio Global, realizada en Ciudad de México del 12 al 14 de septiembre de 1994 eligió a la República Federativa de Brasil como país anfitrión para la sede del Instituto Interamericano para la Investigación del Cambio Global;

Considerando que el Instituto Interamericano para la Investigación del Cambio Global y el Gobierno de la República Federativa de Brasil convinieron en radicar la sede del Instituto en la República Federativa de Brasil, y que desean concluir un Acuerdo que regule los asuntos derivados del establecimiento y el funcionamiento del Instituto Interamericano para la Investigación del Cambio Global en la República Federativa de Brasil;

Acordaron lo siguiente:

ARTICULO I
Definiciones

A los propósitos de este Acuerdo, se aplicarán las definiciones siguientes:

- a) el término "Gobierno" significa el Gobierno de la República Federativa de Brasil;
- b) el término "país anfitrión" significa la República Federativa de Brasil;
- c) el término "autoridades brasileñas" significa autoridades gubernamentales nacionales, estatales, municipales y otras que sean competentes en el país anfitrión;
- d) el término "IAI" significa el Instituto Interamericano para la Investigación del Cambio Global;
- e) el término "INPE" significa el Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
- f) el término "Acuerdo del IAI" significa el Acuerdo para el Establecimiento del IAI, convenido el 13 de mayo de 1992 en Montevideo, Uruguay;
- g) el término "Director Ejecutivo" significa el director y representante legal del IAI al cual hace referencia el Artículo VIII del Acuerdo del IAI;
- h) el término "Dirección Ejecutiva" significa el órgano administrativo primario del IAI al cual hace referencia el Artículo VIII del Acuerdo del IAI;
- i) el término "locales del IAI" significa las instalaciones que se describen en el Anexo A de este documento y cualquier otro predio, edificio, parte de edificio, locales e instalaciones que se pongan a disposición, o que mantenga, ocupe o use el IAI en el país anfitrión;
- j) el término "Sede" significa el local del IAI en la República Federativa de Brasil donde esté ubicada la Dirección Ejecutiva, y
- k) el término "personal del IAI" significa todos los empleados y consultores del IAI.

ARTICULO II

Personería Jurídica

En cumplimiento del Acuerdo del IAI, el Gobierno reconoce que el IAI tiene personería jurídica y la capacidad para adquirir derechos y asumir todas las obligaciones, incluido el concertar contratos y convenios con personas físicas y jurídicas, públicas y privadas, nacionales, extranjeras e internacionales, como asimismo para adquirir y disponer de propiedades tangibles e intangibles, muebles e inmuebles y, sin perjuicio de las estipulaciones de este Acuerdo, a iniciar y responder a procedimientos legales, de una manera consistente con la de todas las otras organizaciones internacionales.

ARTICULO III

Instalaciones

1. El país anfitrión proporcionará al IAI las instalaciones y los servicios que se describen en el Anexo A de este documento.
2. Las propiedades que se describen en el párrafo 1 seguirán siendo propiedad del Gobierno.

ARTICULO IV

Mecanismos Administrativos y Financieros

El Director Ejecutivo y el INPE pueden establecer arreglos relacionados con las estructuras administrativas y de apoyo en el INPE que puedan ponerse a disposición de la Dirección Ejecutiva.

ARTICULO V

Locales, Fondos y Otras Propiedades del IAI

1. Los locales, archivos, documentos y correspondencia oficial del IAI serán inviolables, y junto con el amoblamiento de los locales, los medios de transporte, los fondos, activos y otras propiedades del IAI, donde quiera que estén ubicadas en el país anfitrión y quien quiera que las detente, tendrán inmunidad de allanamiento, requisa, embargo, confiscación, expropiación o ejecución, ya sea por autoridades nacionales, regionales o locales, y ya sea por acción ejecutiva, administrativa, judicial o legislativa.

2. Las acciones judiciales y el servicio o ejecución de procedimientos no pueden aplicarse en los locales del IAI, excepto con el consentimiento y de acuerdo con las condiciones aprobadas por el Director Ejecutivo o su representante designado.

3. Las autoridades brasileñas no entrarán a los locales del IAI en cumplimiento de deber oficial alguno, excepto con el consentimiento expreso, o a pedido del Director Ejecutivo o su representante designado. Tal consentimiento se considerará otorgado en el caso de emergencias si no pudiera obtenerse el consentimiento con antelación.

4. El IAI, como otras organizaciones internacionales ubicadas en el Brasil:

a) puede, en el país anfitrión, tener y usar fondos, oro o instrumentos negociables de cualquier clase y mantener y operar cuentas en cualquier moneda y cambiar cualquier moneda que tenga por cualquier otra divisa; y

b) tendrá libertad para transferir sus fondos, oro o divisas de un país a otro, o dentro del país anfitrión a cualquier individuo o entidad.

5. El IAI, y sus activos, ingresos y otras propiedades estarán exentos de todos los impuestos directos en el país anfitrión, ya sean nacionales, regionales o locales, incluidos inter alia, los impuestos a los ingresos, los impuestos al capital, los impuestos corporativos, como asimismo los impuestos directos recaudados por cualquier autoridad brasileña, y estarán exentos de las tasas aduaneras y de las prohibiciones y restricciones de importaciones y exportaciones en lo que se refiere a los artículos importados o exportados por el IAI para su uso oficial. Sin embargo, los artículos importados bajo tales exenciones no se venderán en el país anfitrión excepto bajo las condiciones convenidas con el Gobierno.

6. Las estipulaciones del párrafo 5 que antecede no se aplicarán a los impuestos y gravámenes que se consideren cargos por el uso de servicios públicos que son pagaderos por el IAI.

ARTICULO VI

La Ley y la Autoridad dentro de los Locales del IAI

1. Los locales del IAI estarán bajo el control y la autoridad del IAI, según lo establecido en este Acuerdo.

2. Las leyes y regulaciones del país anfitrión se aplicarán en los locales del IAI de una manera consistente con este Acuerdo. El IAI tendrá la autoridad para establecer las regulaciones operativas en los locales del IAI con el propósito de establecer en ellos las condiciones necesarias, en todo sentido, para la ejecución plena de sus funciones. El IAI informará puntualmente a las autoridades brasileñas acerca de las regulaciones que se aplique de acuerdo con este párrafo.

ARTICULO VII

Protección de los Locales del IAI

1. El Gobierno asegurará que el IAI no será despojado de sus locales excepto en el caso de que el IAI cese en su uso.

2. Las autoridades brasileñas tomarán las medidas adecuadas para garantizar que no se perturben la seguridad y la tranquilidad de los locales del IAI, y proporcionará, según corresponda, la protección policial que pueda requerirse con este propósito.

ARTICULO VIII

Facilidades de Comunicación

Para las comunicaciones oficiales, la Dirección Ejecutiva en la República Federativa de Brasil tendrá el beneficio de:

- a) la libertad de comunicación y las ventajas que no sean menos favorables que las brindadas por el Gobierno a cualquier organización internacional en lo que se refiere a la prioridad, las tarifas, los sobrecargos y los impuestos que se aplican a las comunicaciones;
- b) el derecho a usar códigos o claves para enviar y recibir su correspondencia por medio de correspondencia sellada, beneficiándose en esto de las mismas prerrogativas e inmunidades concedidas a la correspondencia de las organizaciones internacionales.

ARTICULO IX

Privilegios e Inmunities

1. El Director Ejecutivo y la familia inmediata del director que conforma su hogar, que no sean de nacionalidad brasileña y no sean residentes permanentes en la República Federativa de Brasil, disfrutarán de los privilegios e inmunities, las exenciones y las facilidades otorgadas a los agentes de las organizaciones internacionales, de acuerdo con la ley internacional. Ellos gozarán, inter alia, de:

- a) inviolabilidad personal, incluyendo la inmunidad de arresto o detención;
- b) inmunidad de jurisdicción criminal, civil y administrativa;
- c) inviolabilidad para todos sus papeles, documentos y correspondencia;
- d) exención de los impuestos sobre salarios y emolumentos pagados al Director Ejecutivo por sus servicios al IAI;
- e) exención de las restricciones de inmigración, el registro de extranjeros y las obligaciones de servicio nacional;
- f) las mismas facilidades con respecto al cambio de moneda o sus restricciones que se otorgan a los representantes de organizaciones internacionales;
- g) las mismas inmunities y facilidades con respecto a su equipaje personal que se otorgan a los agentes diplomáticos;
- h) el derecho a importar libre de impuestos y gravámenes, excepto los pagos por servicios, sus muebles y efectos personales al tiempo de asumir su cargo en el país anfitrión, y
- i) el derecho a importar un automóvil o a comprar un automóvil nacional para su uso personal con las mismas exenciones impositivas y bajo las mismas condiciones que habitualmente se otorgan a los representantes de las organizaciones internacionales que cumplen misiones oficiales de largo plazo en la República Federativa de Brasil.

2. La residencia del Director Ejecutivo gozará de la misma inviolabilidad y protección que tienen los locales del IAI.

3. El personal del IAI, sea cual sea su nacionalidad, gozará de inmunidad de procesamiento legal con respecto a palabras escritas o habladas y los actos ejecutados en cumplimiento de sus funciones oficiales. Tal inmunidad continuará después de la terminación de su empleo con el IAI.

4. Otros empleados del IAI, que no sean ciudadanos brasileños ni residentes permanentes en la República Federativa de Brasil, gozarán de:

a) el derecho a importar, libre de impuestos y gravámenes excepto el pago por servicios, sus muebles y efectos personales al tiempo de asumir su posición en el país anfitrión; y

b) los otros privilegios e inmunidades que se otorgan a los miembros del personal de jerarquía comparable en las organizaciones internacionales establecidas en el país anfitrión.

5. El Director Ejecutivo y los miembros del personal del IAI que no sean ciudadanos brasileños ni residentes permanentes de la República Federativa de Brasil, tendrán derecho a exportar sin impuestos ni gravámenes, a la terminación de sus funciones en el país anfitrión, sus muebles y efectos personales, incluidos los vehículos automotores.

6. El otorgamiento de privilegios e inmunidades al Director Ejecutivo y al personal del IAI se hace por el interés del IAI y no para el beneficio personal. El derecho de renunciar a la inmunidad para el Director Ejecutivo y la familia del Director Ejecutivo radicará en el Consejo Ejecutivo establecido por el Acuerdo del IAI, y en el Director Ejecutivo en todos los otros casos.

ARTICULO X

La Cooperación con las Autoridades Brasileñas

1. Sin perjuicio para sus privilegios e inmunidades, es el deber de todas las personas que gozan de tales inmunidades y privilegios el respeto de las leyes del país anfitrión. También tienen la obligación de no interferir en los asuntos internos del país anfitrión.

2. El IAI cooperará en todo momento con las autoridades brasileñas para facilitar la administración apropiada de la justicia, y tomará medidas para impedir que el personal del IAI abuse de los privilegios, las inmunidades y las facilidades otorgadas bajo este Acuerdo.

3. El IAI observará todas las indicaciones sobre seguridad según lo acordado con el país anfitrión o emitidas por las autoridades brasileñas responsables por las condiciones de seguridad dentro del país anfitrión, al igual que todas las normas de las autoridades brasileñas responsables por las regulaciones para evitar incendios.

4. El IAI cumplirá con todas las estipulaciones del país anfitrión sobre seguridad social aplicables a los empleadores, con respecto a los empleados que sean ciudadanos o residentes permanentes del país anfitrión, o a los empleados de ciudadanía extranjera que no estén cubiertos por las estipulaciones de seguridad social de otro país.

ARTICULO XI

Notificación

1. El Director Ejecutivo notificará al Gobierno los nombres y las categorías de los miembros del personal del IAI a que hace referencia este Acuerdo, y cualquier cambio en su situación.

2. El Director Ejecutivo, en caso de ausencia, notificará al país anfitrión el nombre del miembro del personal del IAI que quedará como funcionario responsable mientras dure la ausencia del Director Ejecutivo.

ARTICULO XII

Entrada, Salida y Movimientos en el País Anfitrión

El Director Ejecutivo y el personal del IAI, y sus familiares inmediatos que forman parte de sus hogares, al igual que los miembros del Consejo Ejecutivo y la Comisión Científica Asesora a los cuales hace referencia el Acuerdo del IAI, y todos los otros individuos no brasileños que presten servicios para el IAI, tendrán el derecho de entrada a, salida de, y movimiento dentro del país anfitrión, sin restricciones, según sea apropiado y de acuerdo con los propósitos del IAI. Las visas, permisos o licencias de entrada, cuando se requieran, se otorgarán libre de cargos y en la forma más pronta posible.

ARTICULO XIII

Estipulaciones Generales

1. Los miembros del personal de la Dirección Ejecutiva tendrán status de empleados internacionales que trabajan para una organización internacional.
2. De acuerdo con las normas y regulaciones existentes, el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Federativa de Brasil proporcionará los documentos de identidad oficiales para el Director Ejecutivo y los miembros del personal de la Dirección Ejecutiva indicando su status como empleados internacionales que trabajan para una organización internacional.

ARTICULO XIV

La Seguridad y la Protección de las Personas
a que Hace Referencia este Acuerdo

Las autoridades brasileñas pertinentes tomarán todas las medidas apropiadas, según sea necesario, para garantizar la seguridad y la protección para las personas a que hace referencia este Acuerdo, y que sean indispensables para el funcionamiento adecuado del IAI.

ARTICULO XV

Otras Facilidades

1. El país anfitrión concederá facilidades plenas para el desempeño de las funciones del IAI bajo los términos de este Acuerdo.
2. El país anfitrión se esforzará, cuando sea necesario y factible, para asistir al IAI en la obtención de la vivienda adecuada para el Director Ejecutivo.

ARTICULO XVI

La Solución de las Controversias

Cualquier controversia acerca de la aplicación o la interpretación de las estipulaciones de este Acuerdo quedará sujeta a un trámite de solución convenido por el IAI y el Gobierno, de acuerdo con la ley internacional.

ARTICULO XVII

Enmiendas

Este Acuerdo puede ser enmendado por acuerdo mutuo entre el IAI y el Gobierno.

ARTICULO XVIII

Fecha de Vigencia

Este Acuerdo, o cualquier enmienda al mismo, entrará en vigor el día siguiente al que cada una de las Partes haya notificado a la otra por escrito sobre el cumplimiento de sus respectivos requisitos interiores para la entrada en vigor.

ARTICULO XIX

Denuncia

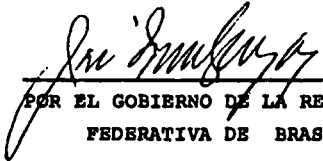
Este Acuerdo puede ser denunciado en cualquier momento, mediante notificación, por escrito, y su efecto terminará 6 (seis) meses después de la fecha de recepción de tal notificación.


ARTICULO XX

Estipulaciones Finales

La vigencia de este Acuerdo cesará si se traslada la sede del IAI del territorio del país anfitrión o si se disuelve el IAI, excepto en lo que hace a las estipulaciones que puedan aplicarse en relación con la terminación ordenada de la operación del IAI en su sede en el país anfitrión y la disposición de su propiedad en el mismo, como asimismo las estipulaciones que otorgan la inmunidad de proceso legal de cualquier clase con respecto a las palabras habladas o escritas o actos ejecutados en capacidad oficial, aun después de la terminación del empleo con el IAI.

Ejecutado en Rio de Janeiro, el 28 de abril de 1995,
en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués, español, inglés
y francés, siendo todos los textos igualmente auténticos.


POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL


POR EL INSTITUTO INTERAMERICANO
PARA LA INVESTIGACION
DEL CAMBIO

A N E X O A

1. El Gobierno proveyerá al IAI, sin costo, aproximadamente 280 metros cuadrados de espacio en un edificio ubicado en el predio del INPE, de acuerdo con el plano de piso adjunto (las "instalaciones del IAI"). El Gobierno equipará las instalaciones del IAI con los muebles y equipos adecuados, incluidas seis microcomputadoras, dos impresores láser, una máquina de escribir y una máquina copiadora.
2. El IAI compartirá con el INPE, sin costo, el uso de un auditorio para 50 personas y de una sala de seminarios para 60 personas que se indican en la figura adjunta.
3. El Gobierno proporcionará al IAI las facilidades de comunicación, consistentes de cuatro líneas telefónicas, siete extensiones y una línea de facsímil telefónico, y las conexiones entre las micro computadoras del IAI y la red de computadora del área local del INPE, la cual permite el acceso a INTERNET y a GRID.
4. El Gobierno asegurará la disponibilidad de todos los servicios públicos que necesite el IAI incluidos, pero no limitados, a la electricidad, el agua, el gas, cloacas, la recolección de residuos, y la protección contra incendios.
5. El Gobierno proporcionará a la Dirección Ejecutiva tres secretarios/as trilingües (español, portugués, inglés o francés) y un oficinista a costa del Gobierno. Estos empleados serán asignados a la Dirección Ejecutiva según lo requiera el Director Ejecutivo del IAI.

[ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS]

AGREEMENT BETWEEN THE INTER-AMERICAN INSTITUTE FOR
GLOBAL CHANGE RESEARCH AND THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL CONCERNING THE
HEADQUARTERS OF THE IAI

The Inter-American Institute for Global Change Research
and

The Government of the Federative Republic of Brazil

Whereas, representatives of the States of the Americas met in Montevideo, and signed, on May 12-14, 1992, an Agreement Establishing the Inter-American Institute for Global Change Research as a regional network of cooperating research entities;

Whereas, on June 23, 1993, the Government of the Federative Republic of Brazil deposited at the Secretary-General of the organization of the American States its instrument of ratification of the said Agreement;

Whereas, the First Meeting of the Conference of the Parties of the Inter-American Institute for Global Change Research, held in Mexico City on September 12-14, 1994, elected the Federative Republic of Brazil as the host country for the headquarters of the Inter-American Institute for Global Change Research;

Whereas, the Inter-American Institute for Global Change Research and the Government of the Federative Republic of Brazil have agreed to host the Institute's headquarters in Brazil, and wish to conclude an Agreement regulating matters arising from the establishment and functioning of the Inter-American Institute for Global Change Research in Brazil;

Have agreed as follows:

Article I. Definitions

For purposes of this Agreement, the following definitions shall apply:

- a) The term "Government" shall mean the Government of the Federative Republic of Brazil;
- b) The term "host country" shall mean the Federative Republic of Brazil;
- c) The term "Brazilian authorities" shall mean the national, state, municipal and other competent governmental authorities of the host country;
- d) The term "IAI" shall mean the Inter-American Institute for Global Change Research;
- e) The term "INPE" shall mean the Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
- f) The term "IAI Agreement" shall mean the Agreement establishing the IAI, done at Montevideo, Uruguay, on May 13, 1992;
- g) The term "Director" shall mean the Director and legal representative of the IAI referred to in Article VIII of the IAI Agreement;

h) The term "Directorate" shall mean the primary administrative organ of the IAI referred to in Article VIII of the IAI Agreement;

i) The term "premises of the IAI" shall mean the facilities described in Annex A hereto, and any other land, buildings, parts of buildings, facilities and installations made available to, or maintained, occupied or used by, the IAI in the host country;

j) The term "Headquarters" shall mean the premises of the IAI in the Federative Republic of Brazil where the Directorate is located, and

k) The term "staff of the IAI" shall mean all employees of, and consultants for, the IAI.

Article II. Juridical Personality

In accordance with the IAI Agreement, the Government recognizes that the IAI has juridical personality and the capacity to acquire rights and to undertake all obligations including entering into contracts and agreements with physical and juridical, public and private, national, foreign and international persons, as well as to acquire and dispose of tangible and intangible, movable and immovable property and, without prejudice to the provisions of this Agreement, to institute and respond to legal proceedings, in a manner consistent with all other international organizations.

Article III. Facilities

1. The host country shall provide to the IAI, the facilities and services described in Annex A hereto.

2. The properties described in paragraph 1 shall remain the property of the Government.

Article IV. Administrative-Financial Mechanisms

The Director and INPE may enter into arrangements regarding the administrative and support structures at INPE which may be available to the Directorate.

Article V. Premises, Funds and Other Property of the IAI

1. The premises, archives, documents and official correspondence of the IAI shall be inviolable, and together with the premises' furnishings, means of transport, funds, assets and other IAI property, wherever located in the host country and by whomsoever held, shall be immune from search, requisition, embargo, confiscation, expropriation or execution, whether by national, regional or local authorities, and whether by executive, administrative, judicial or legislative action.

2. Judicial actions and the service or execution of process cannot be enforced on the premises of the IAI, except with the consent of, and in accordance with the conditions approved by, the Director or his or her designee.

3. Brazilian authorities shall not enter the premises of the IAI to perform any official duty, except with the express consent, or at the request of, the Director or his or her designee.

nee. Such consent shall be deemed given in case of emergencies if consent cannot be obtained in advance.

4. The IAI, as other international organizations located in Brazil:

a) May, in the host country, hold and use funds, gold or negotiable instruments of any kind and maintain and operate accounts in any currency and convert any currency held by it into any other currency; and

b) May transfer its funds, gold or currency from one country to another, or within the host country, to any individual or entity.

5. The IAI, and its assets, income and other property shall be exempt from all direct taxes in the host country, whether national, regional or local, which include inter alia, income tax, capital tax, corporation tax as well as direct taxes levied by any Brazilian authorities, and shall be exempt from customs duties and prohibitions and restrictions on imports and exports in respect of articles imported or exported by the IAI for its official use. However, articles imported under such exemptions will not be sold in the host country except under conditions agreed with the Government.

6. The provisions of paragraph 5 above shall not apply to taxes and duties which are considered to be charges for public utility services payable by the IAI.

Article VI. Law and Authority on the Premises of the IAI

1. The premises of the IAI shall be under the control and authority of the IAI as provided in this Agreement.

2. The laws and regulations of the host country shall apply on the premises of the IAI in a manner consistent with this Agreement. The IAI shall have the power to make regulations operative on the premises of the IAI for the purpose of establishing therein the conditions in all respects necessary for the full execution of its functions. The IAI shall promptly inform the Brazilian authorities of regulations thus enacted in accordance with this paragraph.

Article VII. Protection of the Premises of the IAI

I. The Government shall assure that the IAI shall not be dispossessed of its premises except in the event the IAI ceases to use them.

2. The Brazilian authorities shall take appropriate measures to ensure that the safety and tranquillity of the premises of the IAI is not disturbed and shall provide, as appropriate, such police protection as may be required for these purposes.

Article VIII. Communications Facilities

For official communications, the Directorate in the Federative Republic of Brazil will benefit from:

a) The freedom of communication and advantages not less favorable than those accorded by the Government to any international organization, regarding priority, rates, surcharges and taxes applied to communications;

b) The right to use codes or keys and to send and receive its correspondence by means of sealed mails, benefitting for this from the same prerogatives and immunities as those conceded to mails of international organizations.

Article IX. Privileges and Immunities

1. The Director and the Director's immediate family forming part of his or her household, who are not of Brazilian nationality and who are not permanent residents in the Federative Republic of Brazil, shall enjoy the privileges and immunities, exemptions and facilities accorded to agents of international organizations, in accordance with international law. They shall inter alia enjoy:

a) Personal inviolability, including immunity from arrest or detention;

b) Immunity from criminal, civil and administrative jurisdiction;

c) Inviolability for all papers documents, and correspondence;

d) Exemption from taxation on the salaries and emoluments paid to the Director for his services to the IAI;

e) Exemption from immigration restrictions, alien registration and national service obligations;

f) the same facilities in respect of currency or exchange restrictions as are accorded to representatives of international organizations;

g) The same immunities and facilities in respect of their personal baggage as are accorded to diplomatic agents;

h) The right to import free of duties and taxes, except payments for services, their furniture and effects at the time of first taking up his or her post in the host country; and

i) The right to import one car or to buy one national car for personal use with the same tax exemptions and under the same conditions which are usually accorded to representatives of international organizations in long-term official missions in the Federative Republic of Brazil.

2. The residence of the Director shall enjoy the same inviolability and protection as the premises of the IAI.

3. Other staff of the IAI, regardless of their nationality, shall enjoy immunity from legal process in respect of words spoken or written and all acts performed by them in their official capacity. Such immunity shall continue to be accorded after termination of employment with the IAI.

4. Other staff of the IAI, who are not Brazilian citizens nor permanent residents in the Federative Republic of Brazil, shall enjoy:

a) The right import, free of duties and taxes, except payment for services, their furniture and effects at the time of first taking up their post in the host country; and

b) Other privileges and immunities that are accorded to staff members of comparable rank in international organizations established in the host country.

5. The Director and members of the staff of the IAI, who are not Brazilian citizens nor permanent residents of the Federative Republic of Brazil, shall be entitled to export without duties and taxes, on the termination of their functions in the host country, their furniture and personal effects, including motor vehicles.

6. The granting of privileges and immunities to the Director and staff of the IAI is in the interest of the IAI and not for their personal benefit. The right to waive immunity for the Director and the Director's family shall lie with the Executive Council established by the IAI Agreement, and with the Director in all other cases.

Article X. Cooperation with the Brazilian Authorities

1. Without prejudice to their privileges and immunities, it is the duty of all persons enjoying such privileges and immunities to respect the laws of the host country. They also have a duty not to interfere in the internal affairs of the host country.

2. The IAI shall cooperate at all times with Brazilian authorities to facilitate the proper administration of justice, and shall take steps to prevent the IAI staff from abusing the privileges, immunities and facilities accorded under this Agreement.

3. The IAI shall observe all security directives as agreed with the host country or as issued by Brazilian authorities responsible for security conditions within the host country as well as all directives of Brazilian authorities responsible for fire prevention regulations.

4. The IAI shall observe the social security provisions of the host country imposed by them on employers, in respect of employees that are nationals or permanent residents of the host country or of employees of foreign nationality not covered by the social security provisions of another country.

Article XI. Notification

1. The Director shall notify the Government of the names and categories of the members of the staff of the IAI referred to in this Agreement and of any change in their status.

2. The Director, in the case of his or her absence, shall notify the host country of the name of the member of the IAI staff that will remain as the responsible official during the length of the absence.

Article XII. Entry Into, Exit From and Movement Within the Host Country

The Director and staff of the IAI, and their immediate family forming part of their households, as well as members of the Executive Council and Scientific Advisory Committee referred to in the IAI Agreement, and all other non-Brazilian individuals who perform services for the IAI, shall have the right of unimpeded entry into, exit from, and movement within, the host country, as appropriate and for purposes of the IAI. Visas, entry permits or licenses, where required, shall be granted free of charge and as promptly as possible.

Article XIII. General Provisions

1. The members of the staff of the Directorate shall have the status of international employees serving an international organization.

2. In accordance with existing rules and regulations, the Ministry of External Relations of the Federative Republic of Brazil shall provide official identity documents for the Director and the members of the staff of the Directorate indicating their status as international employees serving an international organization.

*Article XIV. Safety and Protection of Persons
Referred to in this Agreement*

The relevant Brazilian authorities shall take appropriate actions as may be necessary to ensure safety and protection for persons referred to in this agreement, indispensable for the proper functioning of the IAI.

Article XV. Other Facilities

1. The host country shall accord full facilities for the performance of the functions of the IAI under the terms of this Agreement.

2. The host country shall, whenever necessary and feasible, endeavor to assist the IAI in obtaining suitable accommodations for the Director.

Article XVI. Solution of Controversies

Any controversy about the application or interpretation of the provisions of this Agreement shall be subject to a solution process agreed upon by the IAI and the Government, in accordance with international law.

Article XVII. Amendments

This Agreement can be amended by mutual agreement between the IAI and the Government.

Article XVIII. Entry into Force

This Agreement, or any amendments thereto, shall enter into force on the day after each Party has notified the other in writing that their respective internal requirements for entry into force have been complied with.

Article XIX. Denunciation

This Agreement can be denounced at any time, through written notification, terminating its effects six months after the date of receipt of such notification.

Article XX. Final Provisions

This Agreement shall cease to be in force if the seat of the IAI is moved from the territory of the host country or if the IAI is dissolved, except for such provisions as may be applicable in connection with the orderly termination of the operation of the IAI at its seat in the host country and the disposition of its property therein, as well as provisions granting immunity from legal process of every kind in respect of words spoken or written or acts done in an official capacity, even after termination of employment with the IAI.

Done at Rio de Janeiro, on April 28 1995, in duplicate, in four equally authentic texts in the Portuguese, Spanish, English and French languages.

The Government of the Federative Republic of Brazil:

JOSÉ ISRAEL VARGAS

For the Inter-American Institute for Global Change Research:

ROBERT CORELL

ANNEX A

1. The Government shall provide the IAI, at no cost, with approximately 280 square meters of space in a building located on the campus of INPE, in accordance with the floor plan shown below (the "premises of the IAV"). The Government shall equip the premises of the IAI with suitable furniture and equipment, including six microcomputers, two laser printers, one typewriter and one copying machine.

2. The IAI shall share with the INPE, at no cost, the use of one 50-person auditorium and one 60-person seminar room shown on the figure below.

3. The Government shall provide the IAI communications facilities consisting of four phone lines, seven extensions and one facsimile phone line, and connections between the IAI microcomputers and INPE's local area computer network, which allows access to the Internet and Grid.

4. The Government shall ensure the availability of all public services and utilities needed by the IAI including, but not limited to, electricity, water, gas, sewage, collection of waste, and fire protection.

5. The Government shall provide to the Directorate three trilingual secretaries (Spanish, Portuguese, English or French) and one office clerk, at Government expense. These employees will be allocated at the Directorate as requested by the IAI Director.

[FRENCH TEXT — TEXTE FRANÇAIS]

ACCORD ENTRE L'INSTITUT INTERAMÉRICAIN DE RECHERCHE SUR
LES CHANGEMENTS À L'ÉCHELLE DU GLOBE (IIA) ET LE
GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL AU
SUJET DU SIÈGE DE CETTE ORGANISATION

L'Institut Interaméricain de Recherche sur les Changements à l'Échelle du Globe (IIA)
et

Le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil,

Attendu que les représentants des États des Amériques se sont rencontrés à Montevideo et ont signé, du 12 au 14 mai 1992, un Accord Relatif à la Création de l'Institut Interaméricain de Recherche sur les Changements à l'Échelle du Globe, comme un réseau régional d'établissements de recherche engagés dans une collaboration;

Attendu que le 23 juin 1993, le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil a déposé auprès du secrétaire général de l'Organisation des États Américains (OEA) son instrument de ratification du dit Accord;

Attendu que, lors de la première réunion de la Conférence des Parties à l'Institut Interaméricain de Recherche sur les Changements à l'Échelle du Globe, qui s'est tenue au Mexique du 12 au 14 septembre 1994, les délégués ont élu la République Fédérative du Brésil comme pays hôte qui accueillera le siège de l'Institut Interaméricain de Recherche sur les Changements à l'Échelle du Globe;

Attendu que, l'Institut Interaméricain de Recherche sur les Changements à l'Échelle du Globe et le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil sont convenus d'installer le siège de l'Institut à la République Fédérative du Brésil et souhaitent conclure un accord régissant les questions afférentes à l'établissement et au fonctionnement de l'Institut Interaméricain de Recherche sur les Changements à l'Échelle du Globe à la République Fédérative du Brésil,

Sont convenus ce qui suit :

Article I. Définitions

Pour les besoins du présent Accord, les définitions suivantes sont applicables :

- a) Le terme "gouvernement" signifie le gouvernement de la République Fédérative du Brésil;
- b) Le terme "pays hôte" signifie la République Fédérative du Brésil;
- c) Le terme "autorités brésiliennes" signifie les autorités nationales fédérées, municipales et autres pouvoirs compétents du pays hôte;
- d) Le sigle "IIA" signifie l'Institut Interaméricain de Recherches sur les Changements à l'Échelle du Globe;
- e) Le sigle "INPE" signifie Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;

f) Le terme "Accord relatif à l'IIA" signifie l'accord établissant l'IIA, qui a été signé à Montevideo (Uruguay), le 13 mai 1992;

g) Le terme "Directeur" signifie le Directeur et représentant légal de l'IIA dont il est fait référence à l'Article VIII de l'Accord relatif à l'IIA;

h) Le terme "Direction Administrative" signifie l'organe administratif principal de l'IIA dont il est fait référence à l'Article VIII de l'Accord relatif à l'IIA;

i) Le terme "locaux de l'IIA" signifie les installations décrites à l'annexe A aux présentes et tout autre terrain, bâtiment, partie de bâtiments, locaux et installations mis à la disposition de, ou entretenu, occupé ou utilisé par l'IIA dans le pays hôte;

j) Le terme "siège" signifie les locaux de l'IIA à la République Fédérative du Brésil où se trouve la Direction Administrative, et

k) Le terme "membre du personnel de l'IIA" signifie tous les employés et consultants travaillant pour le compte de l'IIA.

Article II. Personnalité Juridique

Conformément à l'accord relatif à l'IIA, le gouvernement reconnaît à l'Institut une personnalité juridique et la capacité d'acquérir des droits et d'assumer toute obligation, dont la conclusion de contrats et d'accords avec des personnes physiques ou morales, publiques ou privés, nationales, étrangères et internationales ainsi que le droit d'acquérir et de céder des biens corporels et non corporels, mobiliers et immobiliers et, sous réserve des dispositions du présent accord, d'engager et de répondre aux poursuites en justice, d'une manière compatible avec celle de toute autre organisation internationale.

Article III. Installations

1. Le pays hôte fournira à l'IIA les installations et les services décrits dans l'annexe A aux présentes.

2. Les biens décrits au paragraphe 1 resteront la propriété du gouvernement.

Article IV. Mécanismes Administratifs et Financiers

Le Directeur et l'INPE sont autorisés à conclure des arrangements au sujet des mécanismes administratifs et des structures de soutien à l'INPE qui pourraient être mises à la disposition de la Direction Administrative.

Article V. Locaux, Fonds et Autres Biens de L'IIA

1. Les locaux, les archives, les documents et la correspondance officielle de l'IIA sont réputés inviolables et de pair avec le mobilier des locaux, les moyens de transport, les crédits, les avoirs et autres biens de l'IIA, en quelque lieu et à la garde de quiconque au sein du pays hôte, ne peuvent être sujets de fouille, réquisition, embargo, confiscation, expropriation ou exécution forcée de la part de toute autorité nationale, régionale ou locale, et par voie de mesure émanant du pouvoir exécutif, administratif, judiciaire ou législatif.

2. Les mesures judiciaires et la délivrance ou l'exécution d'un ordre légal ne peuvent avoir lieu au sein des locaux de l'IIA, si ce n'est avec le consentement de, et en conformité avec les conditions approuvées par, le Directeur ou son représentant désigné.

3. Les autorités brésiliennes ne pénétreront pas dans les locaux de l'IIA pour exécuter une quelconque fonction officielle, si ce n'est avec le consentement exprès ou à la demande du Directeur ou de son représentant désigné. Ledit consentement est réputé avoir été donné en cas d'urgence s'il n'a pas pu être obtenu au préalable.

4. L'IIA, comme autres organisations internationales situées au Brésil :

a) Est autorisée, dans le pays hôte, à détenir et à utiliser des fonds, de l'or ou des instruments négociables de tout type et à conserver et à gérer des comptes libellés en toute devise et à convertir toute devise détenue par ses soins en toute autre devise; et

b) Est libre de transférer ses fonds, son or ou ses devises d'un pays à un autre, ou au sein du pays hôte, à destination de tout individu ou établissement.

5. L'IIA, et ses avoirs revenus, et autres biens sont exemptés de tout impôt direct au sein du pays hôte, aussi bien national, régional ou local, et qui comprend, entre autres, l'impôt sur le revenu, sur les plus-values, les sociétés ainsi que les taxes directes prélevées par toute autorité brésilienne; l'Institut est aussi exempté des droits de douane, prohibitions et restrictions à l'importation et à l'exportation d'articles importés ou exportés par l'IIA à des fins officielles. Toutefois, les articles importés en vertu desdites exemptions ne seront pas vendus au sein du pays hôte, si ce n'est dans les conditions convenues avec le gouvernement.

6. Les dispositions du paragraphe 5 susmentionné ne s'appliquent pas aux taxes et droits considérés comme étant des redevances de services publics imputables à l'IIA.

Article VI. Droit et Autorité en Vigueur dans les Locaux de L'IIA

1. Les locaux de l'IIA sont placés sous le contrôle et l'autorité de l'IIA, conformément aux dispositions du présent accord.

2. Les lois et la réglementation du pays hôte s'appliquent aux lieux de l'IIA d'une manière cadrant avec les dispositions du présent accord. L'IIA a le pouvoir d'appliquer des règlements dans ses locaux afin d'y créer les conditions propres à tout égard à l'exécution intégrale de ses fonctions. L'IIA informe sans délai les autorités brésiliennes des règlements édictés ainsi, conformément aux dispositions du présent paragraphe.

Article VII. Protection des Locaux de L'IIA

1. Le gouvernement garantit que l'IIA ne sera pas dépossédé de ses locaux, si ce n'est dans l'éventualité où l'Institut cesserait de les utiliser.

2. Les autorités brésiliennes prennent les mesures appropriées pour veiller à ce que la sécurité et la tranquillité des locaux de l'IIA ne soient pas perturbées et elles assurent, dans les cas appropriés, la protection policière pouvant être requise à cet effet.

Article VIII. Droit et Liberté de Communication

Aux fins de communications officielles, la Direction Administrative jouira à la République Fédérative du Brésil de ce qui suit :

a) La liberté de communication et des avantages non moins favorables que ceux concédés par le gouvernement à toute organisation internationale, en matière de priorité, de redevances, de surcharges et de taxes applicables aux communications;

b) Le droit d'utiliser des codes ou des clés et d'envoyer et de recevoir sa correspondance par voie de courrier scellé, bénéficiant des mêmes prérogatives et immunités que celles concédées aux courriers des organisations internationales.

Article IX. Privilèges et Immunités

1. Le Directeur et la famille immédiate du Directeur formant partie intégrante de son foyer, qui ne sont ni citoyens, ni résidents permanents à la République Fédérative du Brésil, jouissent des privilèges et immunités, exemptions et facilités accordés aux agents des organisations internationales, conformément au droit international. Ces personnes jouissent, entre autres droits:

a) D'inviolabilité concernant leur personne, dont l'immunité contre l'arrestation ou la détention;

b) D'immunité au regard de toute juridiction pénale, civile ou administrative;

c) D'inviolabilité concernant tout écrit, document et correspondance;

d) D'exemption d'impôt sur les salaires et émoluments payés au Directeur pour ses services à l'IIA;

e) D'exemption s'agissant des restrictions à l'immigration, de l'obligation de se faire enregistrer en qualité d'étranger et des obligations du service national;

f) Des mêmes facilités en matière de restrictions frappant les devises ou le change que celles concédées aux représentants de organisations internationales;

g) Des mêmes impunités et facilités en matière de bagages personnels que celles concédées aux agents diplomatiques;

h) Du droit d'importer en franchise de droits de douane et de taxes, exception faite des paiements pour services, leur mobilier et leurs effets au moment de leur prise de fonctions dans le pays hôte; et

i) Du droit d'importer une automobile ou d'acheter une voiture de production nationale à des fins d'usage personnel, moyennant les mêmes exemptions de taxes et dans les mêmes conditions que celles concédées ordinairement aux représentants d'organisations internationales, en mission officielle de longue durée à la République Fédérative du Brésil.

2. La résidence du Directeur est inviolable et protégée au même titre que les locaux de l'IIA.

3. Quelle que soit leur nationalité, les autres membres du personnel de l'IIA ne peuvent être poursuivis à propos d'opinion verbale ou écrite et tout acte commis en leur qualité officielle. Cette immunité reste entière même au terme de leur emploi à l'IIA.

4. Les autres membres du personnel de l'IIA, qui ne sont ni citoyens brésiliens, ni résidents permanents à la République Fédérative du Brésil, jouissent des droits suivants :

a) Le droit d'importer, en franchise de droits douaniers et de taxes, exception faite du paiement pour services, leur mobilier et leurs effets au moment de leur prise de fonction dans le pays hôte; et

b) Des autres privilèges et immunités concédés aux employés de niveau hiérarchique comparable dans les organisations internationales établies au sein du pays hôte.

5. Le Directeur et les membres du personnel de l'IIA, qui ne sont ni citoyens brésiliens ni résidents permanents de la République du Brésil, sont autorisée à exporter, en franchise de droits douaniers et de taxes, à l'issue de leurs fonctions au sein du pays hôte, leur mobilier et leurs effets personnels, dont des automobiles.

6. L'octroi de privilèges et d'immunités au Directeur et aux membres du personnel de l'IIA est dans l'intérêt de l'Institut et non pour le bénéfice personnel des personnes susmentionnées. Le droit de lever l'immunité dont jouit le Directeur et la famille du Directeur appartient au Conseil Exécutif établi par l'accord relatif à l'IIA, et au Directeur dans tous les autres cas.

Article X. Coopération avec les Autorités Brésiliennes

1. Sous réserve de leurs privilèges et immunités, il est du devoir de toute personne jouissant desdits droits de respecter les lois du pays hôte. Elle a aussi le devoir de ne pas s'ingérer dans les affaires intérieures du pays hôte.

2. L'IIA coopère, à tout moment, avec les autorités brésiliennes en vue de faciliter l'administration correcte de la justice et prend des mesures propres à empêcher les membres du personnel de l'IIA d'abuser des privilèges, immunités et facilités concédées en vertu du présent accord.

3. L'IIA observe toutes les directives de sécurité convenues avec le pays hôte ou émanant des autorités brésiliennes responsables des conditions de sécurité au sein du pays hôte ainsi que toutes les consignes émanant des autorités brésiliennes responsables de la réglementation visant à prévenir les incendies.

4. L'IIA observe les régimes de sécurité sociale que l'employeur est tenu de respecter dans le pays hôte vis-à-vis du personnel citoyen ou résident permanent à la République Fédérative du Brésil ou des effectifs de nationalité étrangère non couverts par les régimes de sécurité sociale d'un autre pays.

Article XI. Notification

1. Le Directeur notifie au gouvernement les noms et les catégories de membres du personnel de l'IIA dont il est fait référence dans le présent accord et de tout changement affectant leur statut.

2. En cas d'absence, le Directeur notifie au pays hôte le nom du membre du personnel de l'IIA faisant office de responsable compétent pour la durée de ses déplacements.

*Article XII. Entrée dans, Sortie du et Circulation
au Sein du Pays hôte*

Le Directeur et les membres du personnel de l'IIA et leur famille immédiate formant partie de leur foyer ainsi que les membres du Conseil Exécutif (CE) et du Comité Consultatif Scientifique (CCS), dont il est fait référence dans l'accord relatif à l'IIA, et tout autre personne non brésilienne acquittant des services pour le compte de l'IIA ont toute latitude d'entrer dans, de sortir de, et de circuler au sein du pays hôte, comme il convient et dans les buts servant l'IIA. Visas, permis d'entrée et licences, le cas échéant, sont octroyés à titre gratuit et aussi promptement que possible.

Article XIII. Dispositions Générales

1. Les membres du personnel de la Direction Administrative ont le statut d'employés internationaux au service d'une organisation internationale.

2. Conformément aux consignes et règlements existants, le Ministère des Relations Extérieures de la République Fédérative du Brésil fournit des pièces d'identité officielle au Directeur et aux membres du personnel de la Direction Administrative sur lesquelles figure leur statut d'employés internationaux au service d'une organisation internationale.

*Article XIV. Sécurité et Protection des Personnes
Mentionnées dans les Présent Accord*

Les autorités brésiliennes compétentes prennent, selon les besoins, des mesures appropriées pour assurer la sécurité et la protection des personnes mentionnées dans le présent accord, jugées indispensables au fonctionnement adéquat de l'IIA.

Article XV. Autres Facilités

Le pays hôte concède toute facilité à l'IIA pour lui permettre d'accomplir ses fonctions, conformément aux termes du présent accord.

2. Le pays hôte s'efforce, chaque fois que cela est nécessaire et possible, d'aider l'IIA trouver un logement convenable pour le Directeur.

Article XVI. Règlement des Différends

Tout différend concernant l'application ou l'interprétation des dispositions du présent accord est soumis à un processus de solution convenu par l'IIA et par le gouvernement conformément au droit international.

Article XVII. Avenants

Le présent accord peut être amendé par accord mutuel entre l'IIA et le gouvernement.

Article XVIII. Entrée en Vigueur

Le présent accord, ou tout amendement aux présentes, entre en vigueur le lendemain du jour où chaque partie a notifié, par écrit, l'autre partie que ses impératifs intérieurs propres en matière d'entrée en vigueur d'accord ont été satisfaits.

Article XIX. Dénonciation

Le présent accord peut être dénoncé à tout moment, par voie de notification écrite, auquel cas ses effets prennent fin six mois après la date de réception de ladite notification.

Article XX. Dispositions Définitives

Le présent accord cesse d'être en vigueur dans l'éventualité où le siège de l'IIA est déplacé du territoire du pays hôte ou l'IIA est dissout, exception faite des dispositions concernant la cessation ordonnée du fonctionnement de l'IIA à son siège dans le pays hôte et la cession des biens contenus en ces lieux, ainsi que des dispositions octroyant l'immunité contre toute poursuite juridique pour opinion verbale ou écrite ou tout acte commis en qualité officielle, mêmes au terme de leur emploi par l'IIA.

Fait à Rio Janeiro, le 28 Avril 1995, en deux exemplaires originels, en quatre versions authentiques au même titre, en portugais, espagnol, anglais, et français.

Par la République Fédérative du Brésil :

JOSÉ ISRAEL VARGAS

Par l'Institut Interaméricain de Recherche
sur les Changements à l'échelle du Globe (IIA) :

ROBERT CORELL

PIÈCE JOINTE A

1. Le gouvernement fournit à l'IIA, à titre gratuit, 280 mètres carrés environ d'espace dans un bureau situé sur le campus de l'INPE conformément au plan d'architecte indiqué ci-après (désigné les "locaux de l'IIA"). Le gouvernement équipe les locaux de l'IIA de mobilier et d'équipement convenable, notamment de six micro-ordinateurs, de deux imprimantes laser, d'une machine à écrire et d'une photocopieuse.

2. L'IIA partage avec l'INPE, à titre gratuit, l'usage d'un auditorium pouvant accueillir 50 personnes et d'une salle de réunion de 60 personnes, comme indiquée sur le graphique ci-après.

3. Le gouvernement fournit à l'IIA des installations de communications se composant de quatre lignes et sept postes de téléphone, d'une ligne de télécopie et de branchements entre les micro-ordinateurs de l'IIA et le réseau informatique local de l'INPE qui permet d'accéder à Internet et à Grid.

4. Le gouvernement garantit la disponibilité de tous les services publics dont l'IIA a besoin dont, sans pour autant s'y limiter, les services d'approvisionnement en électricité, d'eau, de gaz, d'égouts, d'enlèvement des déchets et de protection contre l'incendie.

5. Le gouvernement fournit à ses frais à la Direction Administrative trois secrétaires trilingues (espagnol, portugais, anglais ou français) et un(e) employé(e) de bureau. Ces employés seront mis à la disposition de la Direction Administrative sur demande du Directeur de l'IIA.